



Número: **0801827-44.2019.8.15.0231**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Cejusc I - Cível - Família - Fazenda - Mamanguape - TJPB**

Última distribuição : **14/06/2019**

Valor da causa: **R\$ 6.750,00**

Assuntos: **Seguro, Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARIA DA CONCEICAO DE ALEXANDRIA PAIVA (AUTOR)		RENATO BERNARDINO PINTO MANGUEIRA (ADVOGADO)	
ELIETE DE ALEXANDRIA PAIVA (AUTOR)		RENATO BERNARDINO PINTO MANGUEIRA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
29217 872	18/03/2020 11:28	<a href="#">Diligência</a>	Diligência
29217 876	18/03/2020 11:28	<a href="#">Eliete</a>	Documento Comprovação Intimação
29094 926	13/03/2020 14:16	<a href="#">Mandado</a>	Mandado
29094 924	13/03/2020 14:16	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
27642 112	23/01/2020 10:54	<a href="#">Decisão</a>	Decisão
26758 134	03/12/2019 20:17	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
25783 652	31/10/2019 10:03	<a href="#">Certidão de Decurso de prazo</a>	Certidão de Decurso de prazo
24243 298	09/09/2019 14:05	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
22033 780	14/06/2019 16:26	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
22034 199	14/06/2019 16:26	<a href="#">Petição Inicial</a>	Outros Documentos
22034 202	14/06/2019 16:26	<a href="#">Procuração Maria</a>	Procuração
22034 205	14/06/2019 16:26	<a href="#">Procuração Eliete</a>	Documento de Comprovação
22034 208	14/06/2019 16:26	<a href="#">Sentença</a>	Documento de Comprovação
22034 210	14/06/2019 16:26	<a href="#">Sinistro cancelado</a>	Documento de Comprovação
22034 211	14/06/2019 16:26	<a href="#">Boletim de Ocorrência</a>	Documento de Comprovação
22034 212	14/06/2019 16:26	<a href="#">Certidao de Óbito</a>	Documento de Comprovação
22034 221	14/06/2019 16:26	<a href="#">Detalhamento de Óbito</a>	Documento de Comprovação
22034 224	14/06/2019 16:26	<a href="#">Documentos Pessoais Eufrazio</a>	Documento de Identificação
22034 225	14/06/2019 16:26	<a href="#">Documentos Pessoais Maria</a>	Documento de Identificação

22034 231	14/06/2019 16:26	<a href="#">Certidão Nascimento Maria</a>	Documento de Identificação
22034 233	14/06/2019 16:26	<a href="#">CPF e RG Maria e Comprovante de residência</a>	Documento de Identificação
22034 237	14/06/2019 16:26	<a href="#">CPF e RG Eliete</a>	Documento de Identificação
22034 235	14/06/2019 16:26	<a href="#">Comprovante de residência Eliete</a>	Documento de Comprovação

## CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, em cumprimento ao mandado retro, diligenciei no endereço indicado e, após as formalidades legais, INTIMEI ELIETE DE ALEXANDRIA PAIVA, o(a) qual ficou ciente, assinou e aceitou a contrafé. O referido é verdade.

18 de março de 2020

JOSE CARLOS ARAUJO SILVA





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**Cejusc I - Cível - Família - Fazenda - Mamanguape - TJPB**

Nº DO PROCESSO: 0801827-44.2019.8.15.0231

AÇÃO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO DO PROCESSO: [SEGURO, ACIDENTE DE TRÂNSITO]

**AUTOR: MARIA DA CONCEICAO DE ALEXANDRIA PAIVA, ELIETE DE ALEXANDRIA PAIVA**

**RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

**MANDADO DE INTIMAÇÃO**

Nome: ELIETE DE ALEXANDRIA PAIVA

Endereço: Travessa Rodrigues de Carvalho, 01, Casa, Centro, MAMANGUAPE - PB - CEP: 58280-000

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito do Cejusc I - Cível - Família - Fazenda - Mamanguape - TJPB, manda ao oficial de justiça que em cumprimento a este, **INTIME-SE** a parte autora supra identificada, a fim de, comparecer à PERÍCIA e AUDIÊNCIA designada de:

**Tipo: Conciliação Sala: PERICIA/CONCILIAÇÃO DPVAT Data: 05/05/2020 Hora: 08:30**, a realizar-se no CEJUSC/MAMANGUAPE, deste Fórum da Comarca de Mamanguape. Tudo, conforme deliberação judicial proferida, cujo link segue abaixo informado.

**OBSERVAÇÃO: O OFICIAL DE JUSTIÇA DEVERÁ INFORMAR A PARTE AUTORA QUE NO DIA DA REALIZAÇÃO DA PERÍCIA, DEVERÁ COMPARECER MUNIDA DÓS SEUS DOCUMENTOS PESSOAIS, ALÉM DE EXAMES E RECEITAS MÉDICAS QUE POSSUA E QUE SE REFLEXIONEM COM A DOENÇA / ENFERMIDADE ALEGADA NA INICIAL E, QUE A AUSÊNCIA INJUSTIFICADA AO EXAME PERICIAL IMPORTARÁ NA RENÚNCIA À REALIZAÇÃO DA REFERIDA PROVA.**

Mamanguape, 13 de março de 2020

**EVA WILMA HERCULANO FERNANDES**  
Técnico Judiciário

Documento datado e assinado eletronicamente – art. 2º, Lei. 11.419/2016”

*Eliete de A. Paiva*

PARA VISUALIZAR A DECISÃO ACESSO O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: 20012310522434100000026670563

[https://pje.tjpb.jus.br/pje/Painel/painel\\_usuario/documentoHTML.seam?conversationPropagation=none&idBin=28034248&idProcessoDoc=29094...](https://pje.tjpb.jus.br/pje/Painel/painel_usuario/documentoHTML.seam?conversationPropagation=none&idBin=28034248&idProcessoDoc=29094...) 1/2

Scanned with CamScanner



Assinado eletronicamente por: JOSE CARLOS ARAUJO SILVA - 18/03/2020 11:28:12

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031811281210200000028149924>

Número do documento: 20031811281210200000028149924

Num. 29217876 - Pág. 1

**Poder Judiciário da Paraíba**  
**Cejusc I - Cível - Família - Fazenda - Mamanguape - TJPB**

Nº DO PROCESSO: **0801827-44.2019.8.15.0231**

AÇÃO: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**

ASSUNTO DO PROCESSO: **[SEGURO, ACIDENTE DE TRÂNSITO]**

**AUTOR: MARIA DA CONCEICAO DE ALEXANDRIA PAIVA, ELIETE DE ALEXANDRIA PAIVA**  
**RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

Nome: **ELIETE DE ALEXANDRIA PAIVA**

Endereço: **Travessa Rodrigues de Carvalho, 01, Casa, Centro, MAMANGUAPE - PB - CEP: 58280-000**

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito do Cejusc I - Cível - Família - Fazenda - Mamanguape - TJPB, manda ao oficial de justiça que em cumprimento a este, **INTIME-SE** a parte autora supra identificada, a fim de, comparecer à PERÍCIA e AUDIÊNCIA designada de:

**Tipo: Conciliação Sala: PERICIA/CONCILIAÇÃO DPVAT Data: 05/05/2020 Hora: 08:30 , a realizar-se no CEJUSC/MAMANGUAPE, deste Fórum da Comarca de Mamanguape. Tudo, conforme deliberação judicial proferida, cujo link segue abaixo informado.**

**OBSERVAÇÃO: O OFICIAL DE JUSTIÇA DEVERÁ INFORMAR A PARTE AUTORA QUE NO DIA DA REALIZAÇÃO DA PERÍCIA, DEVERÁ COMPARECER MUNIDA DOS SEUS DOCUMENTOS PESSOAIS, ALÉM DE EXAMES E RECEITAS MÉDICAS QUE POSSUA E QUE SE RELACIONEM COM A DOENÇA / ENFERMIDADE ALEGADA NA INICIAL E , QUE A AUSÊNCIA INJUSTIFICADA AO EXAME PERICIAL IMPORTARÁ NA RENÚNCIA À REALIZAÇÃO DA REFERIDA PROVA.**

Mamanguape, 13 de março de 2020 **EVA WILMA HERCULANO**

**FERNANDES**

Técnico Judiciário

Documento datado e assinado eletronicamente – art. 2º, Lei. 11.419/2016”

PARA VISUALIZAR A DECISÃO ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: 20012310522434100000026670563



EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO - PROMOVENTE ADVOGADO

**Nº DO PROCESSO:0801827-44.2019.8.15.0231**  
**CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**  
**ASSUNTO(S) DO PROCESSO:[SEGURO, ACIDENTE DE TRÂNSITO]**

**AUTOR: MARIA DA CONCEICAO DE ALEXANDRIA PAIVA, ELIETE DE ALEXANDRIA PAIVA**  
**RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Dr(a). JULIANA DUARTE MAROJA, MM Juiz(a) de Direito deste Cejusc I - Cível - Família - Fazenda - Mamanguape - TJPB, e em cumprimento a determinação constante dos autos da ação de nº **0801827-44.2019.8.15.0231**, fica(m) a(s) parte(s) **AUTOR: MARIA DA CONCEICAO DE ALEXANDRIA PAIVA, ELIETE DE ALEXANDRIA PAIVA** através de seu(s) advogado(s) abaixo indicado(s), **INTIMADO(s)** para tomar ciência da DECISÃO (número identificador do documento transcrito abaixo), bem como **INTIMADO(s)** para comparecer a PERÍCIA E AUDIÊNCIA designada:

**Tipo: Conciliação Sala: PERICIA/CONCILIAÇÃO DPVAT Data: 05/05/2020 Hora: 08:30 , no CEJUSC Fórum da Comarca de Mamanguape.**

Advogado do(a) AUTOR: Advogado: RENATO BERNARDINO PINTO MANGUEIRA OAB: PB20155

De ordem do(a) MM Juiz(a) de Direito, **ficam a(s) parte(s) e seu(s) advogado(s) ADVERTIDOS** que a presente intimação foi encaminhada, **via sistema**, exclusivamente ao(s) advogado(s) que se encontrava(m), no momento da expedição, devidamente cadastrado(s) e validado(s) no PJe/TJPB, conforme disposto na Lei Federal nº 11.419/2006. **Observação:** A eventual ausência de credenciamento resulta na intimação automática apenas do(s) advogado(s) habilitado(s) que esteja(m) devidamente cadastrado(s) e validado(s) no sistema PJe do TJPB, uma vez que a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico somente é admitida mediante uso de assinatura eletrônica, sendo, portanto, obrigatório o credenciamento prévio no Poder Judiciário, conforme arts. 2º, 5º e 9º da Lei 11.419/2006 c/c art. 7º da Resolução 185/2013/CNJ.

MAMANGUAPE-PB, 13 de março de 2020

De ordem, EVA WILMA HERCULANO FERNANDES  
Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR A DECISÃO ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:20012310522434100000026670563



[SEGURO, ACIDENTE DE TRÂNSITO]

0801827-44.2019.8.15.0231

Advogado do(a) AUTOR: RENATO BERNARDINO PINTO MANGUEIRA - PB20155

Advogado do(a) AUTOR: RENATO BERNARDINO PINTO MANGUEIRA - PB20155

/ Nome: MARIA DA CONCEICAO DE ALEXANDRIA PAIVA

Endereço: Trav. Rodrigues de Carvalho, 14, Casa, Centro, MAMANGUAPE - PB - CEP: 58280-000

Nome: ELIETE DE ALEXANDRIA PAIVA

Endereço: Travessa Rodrigues de Carvalho, 01, Casa, Centro, MAMANGUAPE - PB - CEP: 58280-000

/ Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 5 andar, - de 58 ao fim - lado par, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

## D E C I S Ã O

Trata-se de uma ação de cobrança para fins de percepção do valor relativo ao seguro DPVAT, cujo processo foi encaminhado para o CEJUSC desta Comarca de Mamanguape/PB, no designio de ser realizada a perícia e, em ato contínuo, audiência de tentativa de conciliação.

Assim, tendo em vista que a Medida Provisória n. 451/2008, dentre outras disposições, alterou o texto dos artigos 3º e 5º da Lei n. 6.194/1974 (artigo 20), assim como anexou tabela à decantada lei, a mesma estabeleceu percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais (artigo 21). A mencionada medida provisória foi convertida na Lei n. 11.945/2009.

Deste modo, nos sinistros cobertos pelo seguro DPVAT verificados posteriormente a edição da MP n. 451, publicada em 16 de dezembro e retificada em 22 de dezembro de 2008, para a liquidação do sinistro, em casos de invalidez permanente, total ou parcial, aplicar-se-á a tabela legal, observando os percentuais sobre o valor máximo da indenização em vigor, conforme o local, o tipo e a gravidade da perda ou redução de funcionalidade<sup>1</sup>.

**DESIGNE** dia e hora para ter lugar a realização do exame pericial, bem como, em ato contínuo, audiência de tentativa de conciliação, no Tribunal do Júri desta comarca, a ser realizada por esse núcleo. Não sobrevivendo acordo entre as partes, determino que sejam as mesmas encaminhadas, com o respectivo processo, no mesmo dia e horário, para o Juízo de origem, no designio de ser realizada audiência de instrução e julgamento, com a prolação da respectiva sentença, se assim for o entendimento (salvo se se tratar de audiência inaugural, ocasião em que será concedido prazo para apresentação de defesa).

Nos termos do convênio n. 015/2014, nomeio **Dr(a). ROBERTO PIRES DE ALMEIDA – CRM n. 7118/PB** (e-mail: [robertopial@hotmail.com](mailto:robertopial@hotmail.com)) OU **Dr(a). RAYSSA DANTAS DE AZEVEDO ALMEIDA – CRM n. 7058/PB** (telefone: (083) 98803-3033/e-mail: [rayssadantas@hotmail.com](mailto:rayssadantas@hotmail.com)) para realização do exame pericial (devendo perceber os honorários periciais aquele que realizar/subscrever a respectiva prova pericial), independentemente de compromisso, onde deverá responder, além dos quesitos apresentados pelas partes, as seguintes questões, além daquelas eventualmente formuladas pelo Juízo de origem:

1. O examinando é portador de invalidez e/ou debilidade permanente?
2. Essa invalidez e/ou debilidade é de natureza congênita?
3. Essa invalidez e/ou debilidade é decorrente de acidente automobilístico?
4. A invalidez e/ou debilidade diminuiu a função do membro ou órgão atingido?
5. Qual o grau dessa invalidez e/ou debilidade, numa escala de 0 a 100%, de acordo com a tabela constante na Lei do DPVAT (Lei n. 6.194/1974, com as alterações inseridas pela Lei n. 11.945/2009)?

### Adote as seguintes diligências:

1. Intime as partes para, no prazo de quinze dias, contados da intimação desse despacho, arguir o impedimento ou a suspeição do perito, se for o caso; indicar assistente técnico e apresentar quesitos (art. 465, §1º do CPC).

2. Intime a Seguradora Líder, por carta com aviso de recebimento, para tomar ciência e, no prazo de quinze dias, efetuar o pagamento dos honorários periciais, nos termos da cláusula primeira do convênio n. 015/2014, que entre si celebraram o Tribunal de Justiça da Paraíba e a Seguradora Líder dos Consórcios do seguro DPVAT S/A.

3. Figurando a Seguradora Líder dos Consórcios do seguro DPVAT S/A no polo passivo da demanda, prescindível a expedição de carta com aviso de recebimento, sendo necessário, apenas, sua intimação para recolhimento dos valores relativos aos honorários periciais, o qual deverá ser adimplido, no prazo de quinze dias, contados da leitura eletrônica.

**Com a finalidade de conceder maior efetividade ao mutirão a ser realizado, DETERMINO que esse Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) contacte a Seguradora Líder dos Consórcios do seguro DPVAT S/A, por meio telefônico e por ofício, informando-lhe acerca do mutirão a ser realizado, para fins de designação de assistente técnico pericial, viabilizando, assim, que, na mesma data, seja realizada a audiência de instrução e julgamento.**

Intime o(a) perito(a) nomeado(a), dando-lhe ciência da presente nomeação, bem como intimando-o(a) da data, hora e local para a realização do exame pericial no(a) promovente, podendo tal comunicação ser realizada via email. **Concedo-lhe o prazo de quinze dias para apresentação do laudo, a contar da data da realização do exame pericial.**

Intime as partes, inclusive para, no prazo de cinco dias, querendo, apresentem manifestação, nos termos art. 373, §1º,



última parte, do CPC.

**ATENÇÃO: INTIME PESSOALMENTE A PARTE AUTORA, POR MEIO DE MANDADO.**

**CONSTE NAS INTIMAÇÕES DA PARTE AUTORA (por mandado e por meio do seu advogado) QUE, NO DIA DA REALIZAÇÃO DA PERÍCIA, DEVERÁ COMPARECER MUNIDA DOS SEUS DOCUMENTOS PESSOAIS, ALÉM de exames e receitas médicas que possua e que se relacionem com a doença / enfermidade alegada na inicial.**

**CONSTE, AINDA, QUE A ausência injustificada ao exame pericial IMPORTARÁ NA RENÚNCIA À REALIZAÇÃO DA REFERIDA PROVA.**

Essa decisão serve como carta/notificação/intimação/precatória/ofício, nos termos do Provimento CGJ nº 08/2014.

Expeça mandado de intimação urgente, se for o caso.

P.I.

Mamanguape/PB, 23 de janeiro de 2020.

**Juliana Duarte Maroja**

Juíza de Direito – Coordenadora do CEJUSC  
Comarca de Mamanguape/PB





<sup>1</sup>Súmula n. 474 do STJ: "a indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez".



Vistos etc.,

Inicialmente, defiro a justiça gratuita, nos termos do artigo 98 do CPC.

Remetam-se os autos ao CEJUSC, para designar audiência de conciliação (CPC, art. 334) de acordo com a pauta do referido centro.

Cite-se e intime-se a parte ré (CPC, art. 334, parte final).

Ficam as partes cientes de que o comparecimento, acompanhado de advogados é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa (CPC, art. 334, § 8º). As partes, no entanto, podem constituir representantes por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (CPC, art. 334, § 10).

Em não havendo autocomposição, o prazo para contestação, de 15 (quinze) dias (CPC, art. 335, caput), terá início a partir da audiência ou, se o caso, da última sessão de conciliação (CPC, art. 335, I).

Se a parte ré não ofertar contestação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (CPC, art. 344).

MAMANGUAPE, datado eletronicamente.

CANDICE QUEIROGA DE CASTRO GOMES ATAÍDE

Juíza de Direito



## CERTIDÃO

*Certifico que em 04/10/2019 **decorreu** o prazo legal sem manifestação da parte promovente.*

MAMANGUAPE

31 de outubro de 2019

KARLA FERNANDES MACHADO



Vistos etc.,

Em nome do princípio da não surpresa, estabelecido nos artigos 9º e 10<sup>1</sup> do Código de Processo Civil, intime-se a parte autora para se manifestar, no prazo de 10 (dez), acerca da eventual ocorrência da prescrição.

Cumpra-se.

Mamanguape, 09 de setembro de 2019.

CANDICE QUEIROGA DE CASTRO GOMES ATAÍDE  
JUÍZA DE DIREITO

<sup>1</sup> Art. 9º Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica:

I - à tutela provisória de urgência;

II - às hipóteses de tutela da evidência previstas no art. 311, incisos II e III ;

III - à decisão prevista no art. 701 .

Art. 10. O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.



Petição e documentos em anexos.





EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_\_ VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE MAMANGUAPE - PARAÍBA.

***Distribuição a 1ª Vara Mista de Mamanguape por dependência ao processo nº  
0800987-05.2017.8.15.0231.***

**MARIA DA CONCEIÇÃO DE ALENXADRIA PAIVA**, brasileira, solteira, assistente social, portadora do RG nº 2.482.026 SSP-PB, inscrita no CPF sob o nº 033.217.884-62, residente e domiciliada à Trav. Rodrigues de Carvalho, nº 14, Centro, Mamanguape/PB, CEP: 58.280.000 e **ELIETE DE ALEXANDRIA PAIVA**, brasileira, casada, comerciante, portadora do RG nº 1.561.106 SSP – PB, inscrita no CPF sob o nº 515.488.444-20, residente e domiciliada à Rua Travessa Rodrigues de Carvalho, nº 01, Centro, Mamanguape/PB, ambas através de seu advogado “in fine” assinado em anexo, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, **pelo rito comum – Artigo 1049 do NCPC**, propor a presente:

#### **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT**

em desfavor de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, empresa inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, companhia de seguros participante do Consórcio de Seguradoras que operam o seguro de danos pessoais causados por veículo de via terrestre, localizada na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

#### **DA JUSTIÇA GRATUITA**

Requer à V. Exª. Seja deferido o benefício da Gratuidade de Justiça, com embasamento nos artigos 98 e 99, do Novo CPC e artigo 5º, inciso LXXIV, da CF/88 e na lei 1.060/50, com alterações introduzidas pela lei 7.510/86, por não ter condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família, conforme Declaração de Pobreza que instrui a inicial.

#### **DA SITUAÇÃO FÁTICA**

As Requerentes são filhas de seu **EUFRASIO EMIDIO DE PAIVA**, este deu entrada no Seguro no qual gerou um numero de sinistro 310698933, se deparou com vários impedimentos e burocracias exigidas pela Seguradora para o deferimento Administrativo, assim adentrou com em Ação de Cobrança no Seguro de nº **0800987-05.2017.8.15.0231** da **1ª Vara Mista de Mamanguape**, na qual restou provado o companheirismo através de R. Sentença, em anexo, sendo favorável para conceder lhe a parte do seguro a que fazia jus, condenando a Seguradora Ré ao pagamento da metade do valor da indenização do Seguro DPVAT, ou seja, R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais).



Trecho da R. Sentença:

*“Portanto, o autor é parte legítima para receber 50% (cinquenta por cento) do valor da indenização devida, eis que comprovada a união estável, através dos documentos acostados aos autos (fls.52-57).*

*Não obstante, deixo de fixar a indenização devida no que concerne à condição de herdeiro concorrente, posto que o autor não informou o número de filhos da falecida, nem tampouco consta da certidão de óbito anexada aos autos.*

*Ante o exposto, com fulcro no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido inicial e condeno a ré a pagar ao autor o valor de R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais), corrigidos monetariamente pelo INPC desde a data do falecimento (Súmula 580 do STJ) e com juros de mora de 1% desde a citação (Súmula 426 do STJ).*

*Condeno a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% sobre o valor da condenação.”*

Porém, as filhas da falecida não foram citadas na referida Ação como herdeiras concorrentes, momento em que adentram com a presente demanda para receberem a outra parte que as pertencem.

As requerentes são filhas da falecida, portadora do RG nº 528.524 SSP-PB 2ª Via e inscrita no CPF sob o nº 509.173.824-04, falecida em 05 de junho de 2016, vítima de acidente de trânsito, quando ao atravessar a avenida foi atingida por veículo automotor, não resistindo aos ferimentos, vindo à óbito, conforme Certidão e Detalhamento de Óbito em anexo, onde aponta o evento morte decorrente do acidente automobilístico (atropelamento).

Salienta-se que os direitos das Autoras, consistem no recebimento da outra metade da indenização coberta pelo seguro obrigatório de DPVAT, sendo lhes devidas o valor de R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais), uma vez que restou comprovado na documentação acostada nestes e naqueles autos (**0800987-05.2017.8.15.0231**) o nexos causal entre o acidente e a morte.

Denota-se legítimo o dever da Ré em efetuar o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, ora pleiteada, visto que as mesmas pertencem ao rol de seguradoras que compõem atualmente o Consórcio referente ao Convênio DPVAT.

Nesse sentido Excelência, em decorrência do acidente sofrido pela Srª. Maria das Dores Alexandria, culminado com o óbito, as Requerentes filhas da falecida, também buscam a tutela jurisdicional do Estado para fazerem valer o seus Direitos.

## DO DIREITO





O Seguro DPVAT foi criado no ano de 1974 pela Lei Federal nº 6.194/74, modificada pelas Leis 8.441/92, 11.482/07 e 11.945/09, que determina que todos os veículos automotores, paguem anualmente uma taxa que garante, na ocorrência de acidentes, o recebimento de indenização tanto no caso de ferimento quanto no caso de morte.

Em conformidade com o art. 3º da lei nº. 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, vejamos o que nos diz este artigo com sua alínea:

*“Art. 2º – Fica acrescida ao artigo 20, do Decreto-Lei nº. 73, de 21 de novembro de 1966, a alínea I nestes termos:*

*Art. 20, I – Danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas não transportadas ou não.*

*Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:*

*I – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de morte;*

*Art. 4º – A indenização no caso de morte será paga, na constância do casamento ao cônjuge sobrevivente; na sua falta, aos herdeiros legais. Nos demais casos o pagamento será feito diretamente à vítima na forma que dispuser o Conselho Nacional de Seguros Privados.*

Assim, resta claro que as requerentes devem ser indenizadas pelo seguro, como medida de direito, visto filhas sobreviventes da vítima.

Neste sentido, vejamos nossa Jurisprudência:

***APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA DPVAT INDENIZAÇÃO POR MORTE BOLETIM DE OCORRÊNCIA IRRELEVÂNCIA JUNTADA DE DOCUMENTO HÁBIL A DEMONSTRAR A EXISTÊNCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE O ACIDENTE E O DANO ALEGADA CARÊNCIA DE AÇÃO AFASTADA CORREÇÃO MONETÁRIA TERMO A QUO EDIÇÃO DA MP Nº 340 /2006 MERA RECOMPOSIÇÃO DA MOEDA EM RAZÃO DA DEPRECIÇÃO INFLACIONÁRIA RECURSO DESPROVIDO. (TJPR - 8771997 PR 877199-7 (Acórdão) TJPR).***

***EMENTA: SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT INDENIZAÇÃO POR MORTE CORREÇÃO MONETÁRIA QUE DEVE TER O SEU TERMO INICIAL DE INCIDENCIA A PARTIR DA DATA DO ÓBITO VERBA INDENIZATORIA QUE DEVE SER FIXADA COM BASE NO SALÁRIO MÍNIMO EM VIGOR NA DATA DO FALECIMENTO DA VÍTIMA RECURSOS IMPROVIDOS. (TJSP - Apelação APL 9196426172009826 SP 9196426-17.2009.8.26.0000).***







É entendimento já pacificado pela jurisprudência pátria que o pagamento do referido seguro deverá ser efetuado por qualquer seguradora privada integrante do consórcio instituído pela resolução 1/75 do CNSP. Vejamos o seguinte julgado:

**EMENTA: FACULDADE DE ESCOLHA DA SEGURADORA FINALIDADE DO VEICULO. IRRELEVANCIA.** *Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório, pouco importando a condição do veículo e a finalidade a que se destina, defeso torna-se a imposição de limites por Resolução. (Acórdão nº 2.115/01, proferido nos autos do Recurso nº 926/01, publicado do DJ-MA em 06/07/01).*

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, amoldando-se perfeitamente à condição para recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

**Art. 5º.** *O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)*

Desse modo, recorreremos ao Poder Judiciário com a esperança de resolução desta causa.

**DA JURISPRUDÊNCIA ACERCA DA CONCORRENCIA DOS FILHOS COMO BENEFICIÁRIOS DIRETOS DO SEGURO:**

**TJ-PI - Apelação Cível AC 00273546420108180004 PI 201500010033185 (TJ-PI)**

Data de publicação: 03/11/2015

**Ementa:** APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER - **SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT** RECEBIDO PELOS ASCENDENTES DA **VÍTIMA** - FALECIDO SOLTEIRO QUE DEIXOU FILHOS E **COMPANHEIRA**. ACIDENTE OCORRIDO EM 13/01/2007. INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 4º, DA LEI N.6194/74 (COM AS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA LEI N. 11.482/07) E ART. 792, DO CPC Â- NECESSIDADE DE RESSARCIMENTO DO VALOR RECEBIDO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Nos acidentes ocorridos até 28.12.2006, o beneficiário era o cônjuge ou **companheiro** e, na falta destes, os demais herdeiros da **vítima**. Nos acidentes ocorridos a partir de 29.12.2006, os beneficiários passaram a ser, simultaneamente, o cônjuge ou **companheiro** e **os demais herdeiros da vítima**, situação esta que se aplica ao caso vertente, a teor do que dispõe o art. 4º, da Lei 6.194/74 (com alterações promovidas pela Lei 11.482/07) e art. 792, do Código de Processo Civil. 2. Tendo os pais do de cujus recebido o valor referente ao **seguro DPVAT** em decorrência do falecimento de seu filho **vítima** de acidente de trânsito, **o ressarcimento destes valores aos filhos é dever que impõe**. 3. Sentença mantida. 4. Recurso conhecido e improvido.

**DA PERÍCIA**





Deixa de requerer perícia e, conseqüentemente, de formular quesitos periciais, por motivo de óbito do periciado, não havendo necessidade para tal.

#### **DA TUTELA DA EVIDÊNCIA**

**Diante todas as provas produzidas e sendo matéria bastante discutida e amplamente pacificada pela Jurisprudência, a Tutela de Evidência Liminarmente é medida que se impõe supletivamente à Antecipação de Tutela de Urgência.**

Art. 311. A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando:

II - as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante;

Parágrafo único. Nas hipóteses dos incisos II e III, o juiz poderá decidir liminarmente.

#### **DO PEDIDO**

Diante do exposto, seguindo a causa pelo rito comum, **REQUER-SE:**

A citação do requerido, para que apresente defesa caso queira, sob pena de revelia, prosseguindo-se nos ulteriores termos de Direito,

A concessão da tutela de evidência liminarmente para ser a ação julgada procedente com a condenação do requerido ao pagamento do Seguro Obrigatório (DPVAT), no valor de R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais) acrescidos de juros de mora, atualização monetária, custas processuais e honorários de advogado na base usual de 20% sobre o valor total do débito e demais cominações legais.

Seja concedido os benefícios da Justiça Gratuita, por ser o requerente de pessoa pobre nos termos da Lei nº. 1060/50.

**Pugna o Autor desde já pelo seu desinteresse na audiência de conciliação, ciente que a conciliação poderá ser intentada em audiência de instrução e julgamento, com fulcro nos Parágrafos 4º e 5º do Artigo 334 do Novo Código de Processo Civil:**

**§ 4º** A audiência não será realizada:

I - se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual;





**§ 5o** O autor deverá indicar, na petição inicial, seu desinteresse na auto composição, e o réu deverá fazê-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência.

Protesta provar o alegado através de todos os meios de prova em Direito admitido, especialmente pelos documentos inclusos, e prova testemunhal.

Dá-se a causa o valor de R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais).

Nestes Termos,

Pede e Espera DEFERIMENTO.

Mamanguape-PB, 14 de Junho de 2019.

---

RENATO BERNARDINO PINTO MANGUEIRA  
OAB/PB N° 20.155



## PROCURAÇÃO “AD – JUDÍCIA E EXTRA”

**OUTORGANTE:** MARIA DA CONCEIÇÃO DE ALEXANDRIA PAIVA, brasileira, solteira, assistente social, inscrito no CPF sob o nº 033.217.884-62, portador do RG nº 2.482.026, residente e domiciliada à Trav. Rodrigues de Carvalho, nº 14, Centro, Mamanguape, CEP: 58.280.000.

**OUTORGADO:** RENATO BERNARDINO PINTO MANGUEIRA, advogado, inscrito na OAB sob o nº 20.155/PB, com escritório à Rua Deputado José Mariz, 690, Tambauzinho, João Pessoa/PB, email: [renabpinto@hotmail.com](mailto:renabpinto@hotmail.com), Tel: (83) 9 98194126.

**PODERES:** Amplos, gerais e irrestritos com cláusula “ad – judícia e extra” em qualquer autarquia, repartição ou órgão público, em juízo, instância ou tribunal, podendo propor as ações contra quem de direito e defendê-lo nas contrárias usando todos os poderes para a melhor condução das respectivas ações, fixando-se neste mandado honorários contratuais de caráter remuneratório em 30% (trinta por cento) obtidos pelo êxito da causa ou representação administrativa, em decorrência da atuação do outorgado, conferindo-lhe poderes especiais para, transigir, desistir, discordar, concordar, representar o outorgante em audiências, receber e dar quitações, realizar acordos nos autos ou extra judicialmente, pedir e ter vistas aos autos de quaisquer tipos de processos, xerocopiar os processos, receber alvará judicial ou requisição de pequeno valor (RPV) em instituições financeiras, podendo ainda substabelecer esta a outrem com ou sem reservas de iguais poderes, renunciar expressamente aos valores que eventualmente excederem à alçada dos Juizados Especiais, e ainda assinar declaração de isenção em nome do outorgante, dando tudo por bom firme e valioso.

### DECLARAÇÃO DE INCAPACIDADE FINANCEIRA

O Outorgante declara para os devidos fins de direito e para quem interessar possa que não tem condições financeiras no momento de arcar com as despesas judiciais para adentrar com Ações Judiciais, requerendo para tanto, o benefício da Justiça Gratuita, de acordo com o art. 2º, parágrafo único, c/c o art. 4º, caput, da Lei nº 1.060/50.

João Pessoa- PB, 05/06/2019

  
Outorgante/declarante



## PROCURAÇÃO “AD – JUDÍCIA E EXTRA”

**OUTORGANTE: ELIETE DE ALEXANDRIA PAIVA**, brasileira, casada, comerciante, portadora do RG nº 1.561.106 SSP – PB, inscrita no CPF sob o nº 515.488.444-20, residente e domiciliada à Rua Travessa Rodrigues de Carvalho, nº 01, Mamanguape/PB.

**OUTORGADO: RENATO BERNARDINO PINTO MANGUEIRA**, advogado, inscrito na OAB sob o nº 20.155/PB, com escritório à Rua Deputado José Mariz, 690, Tambauzinho, João Pessoa/PB, email: [renabpinto@hotmail.com](mailto:renabpinto@hotmail.com), Tel: (83) 9 98194126.

**PODERES:** Amplos, gerais e restritos com cláusula “ad – judícia e extra” em qualquer autarquia, repartição ou órgão público, em juízo, instância ou tribunal, podendo propor as ações contra quem de direito e defendê-lo nas contrárias usando poderes para a melhor condução das respectivas ações, fixando-se neste mandado honorários contratuais de caráter ressarcitórios arbitrados pela tabela OAB para a respectiva Ação ou 30% (trinta por cento) obtidos pelo êxito da causa, e em caso de benefício previdenciário, ao primeiro pagamento, acrescido de parcela correspondente, no mínimo, a 30% (trinta por cento) sobre o valor referente o valor do pedido ou vantagem obtida em decorrência das parcelas vencidas e das parcelas vincendas, respeitado o prazo máximo de 01 (uma) anuidade; em parcela única, em decorrência da atuação do outorgado, conferindo-lhe poderes especiais para, transigir, desistir, discordar, concordar, representar o outorgante em audiências, receber e dar quitações, realizar acordos nos autos ou extra judicialmente, pedir e ter vistas aos autos de quaisquer tipos de processos inclusive nas esferas cíveis, penais/criminais, trabalhistas, tributárias e previdenciárias, xerocopiar os processos, receber alvará judicial ou requisição de pequeno valor (RPV) em instituições financeiras, podendo ainda substabelecer esta a outrem com ou sem reservas de iguais poderes, e ainda renunciar expressamente aos valores que eventualmente excederem à alçada dos Juizados Especiais, dando tudo por bom firme e valioso.

### DECLARAÇÃO DE INCAPACIDADE FINANCEIRA

O Outorgante declara para os devidos fins de direito e para quem interessar possa que não tem condições financeiras no momento de arcar com as despesas judiciais para adentrar com Ações Judiciais, requerendo para tanto, o benefício da Justiça Gratuita, de acordo com o art. 2º, parágrafo único, c/c o art. 4º, caput, da Lei nº 1.060/50.

João Pessoa- PB, 01/08/2018

*Eliete de Alexandria Paiva*  
Outorgante/declarante







12/06/2019

Número: **0800987-05.2017.8.15.0231**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Mista de Mamanguape**

Última distribuição : **05/07/2017**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO, SEGURO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
EUFRASIO EMIDIO DE PAIVA (AUTOR)		RENATO BERNARDINO PINTO MANGUEIRA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A (RÉU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
16318940	11/09/2018 11:13	<a href="#">Sentença</a>	Sentença





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**1ª Vara Mista de Mamanguape**

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0800987-05.2017.8.15.0231

[ACIDENTE DE TRÂNSITO, SEGURO]

AUTOR: EUFRASIO EMIDIO DE PAIVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

**SENTENÇA**

Vistos etc.

Trata-se de ação de cobrança de seguro obrigatório DPVAT (por morte), proposita por Eufrazio Emidio de Paiva em face da Seguradora Líder dos Consórcios S/A., na qual alega o autor que é companheiro de Maria das Dores Alexandria, falecida em 05/06/2016, vítima de acidente com veículo automotor de via terrestre, de modo que, na qualidade de viúvo da falecida, faz jus ao recebimento de 100% (cem por cento) do valor estabelecido em lei, ou seja, R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), acrescido dos juros legais à taxa de 1% ao mês, e corrigido monetariamente. Requeru a procedência do pedido, visando à condenação da ré ao pagamento de indenização no valor de R\$ 13.500,00.

Citada, a ré apresentou contestação (ID 10826811), impugnando os pedidos iniciais.

A parte autora ofereceu impugnação à contestação (ID 12424214).

**É o breve relatório. Decido.**

**DO JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO**

O processo comporta julgamento imediato, nos termos do art. 355, I, CPC, tendo em vista a desnecessidade de produção de provas, já que a questão controvertida é meramente de direito e a prova estritamente documental. A causa se encontra madura para julgamento.

**1. Das preliminares**

**1.1. Ausência do interesse de agir – Ausência do requerimento administrativo**

De fato, a ausência do requerimento administrativo em demandas desta natureza importa na ausência do interesse de agir, conforme já pacificado no âmbito do Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário nº 824712.

Todavia, o mesmo Supremo Tribunal Federal fixou a tese de que em caso de processamento da demanda com a consequente apresentação de contestação impugnando o mérito da pretensão, surge uma pretensão resistida apta a demonstrar a existência do interesse de agir.

Na situação dos autos, a parte ré impugnou o mérito da pretensão, de tal sorte que a partir deste instante emergiu o interesse de agir da parte autora.



Assinado eletronicamente por: ANDREA COSTA DANTAS BOTTO TARGINO - 11/09/2018 11:13:26  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18091111132336300000015903856>  
Número do documento: 18091111132336300000015903856

Num. 16318940 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: RENATO BERNARDINO PINTO MANGUEIRA - 14/06/2019 16:24:48  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061416244734700000021395661>  
Número do documento: 19061416244734700000021395661

Num. 22034208 - Pág. 2

Assim, rejeito essa preliminar.

### **1.2 Inépcia da Inicial – ausência de laudo do IML**

Argumenta a parte ré que o(a) promovente deixou de apresentar laudo elaborado pelo IML, restando, assim, ausente documentação que aponte e quantifique a lesão apontada na inicial.

De igual modo, penso que a presente preliminar não merece amparo, posto que o laudo do IML não constitui documento essencial para o ajuizamento da demanda.

Assim, não deve ser acatada a preliminar em questão.

### **1.3. Da ilegitimidade ativa ad causam**

Alega, ainda, que a parte autora não fez qualquer prova de que efetivamente existiu relação de convivência duradoura com a vítima com o objetivo de constituição familiar, alegando que os documentos acostados à inicial são insuficientes para afirmar que o demandante era companheiro da vítima.

Não obstante, verifico que a parte autora juntou documentos que atestam a qualidade de companheiro da falecida, conforme infere-se dos documentos de fls. 52-57.

Dessa forma, deve ser rejeitada essa preliminar.

## **2 – Do Mérito**

Cuida-se de ação de cobrança de pagamento de seguro obrigatório (DPVAT), em razão de morte advinda de acidente com veículo automotor.

Incontroverso nos autos o acidente sofrido pela companheira do autor, conforme consta no Boletim de Ocorrência de ID 8582268, que veio a ser a causa de seu falecimento, conforme Certidão de Óbito (ID 8582050).

O nexo de causalidade entre o acidente e a morte da vítima está satisfatoriamente comprovado nos autos, uma vez que: 1) O autor colacionou Boletim de Ocorrência policial confeccionado dias após o fato, comunicando a ocorrência de acidente automobilístico; 2) Da análise do Boletim de Ocorrência policial consta que a morte decorreu de atropelamento por veículo automotor; 3) A certidão de óbito também atesta a causa da morte como sendo por contusão toraco abdominal com hemorragias consecutivas decorrentes de atropelamento. Assim, não há como conceber que o falecimento tenha sido causado por outro meio externo não relacionado ao acidente, sendo tais elementos probatórios suficientes para comprovar o liame causal entre o acidente e a morte da vítima.

Vale salientar que foram acostados aos autos documentos comprobatórios da condição do autor de cônjuge sobrevivente da vítima do acidente automobilístico (fls. 52-57).

O artigo 4º da Lei nº 6.194/74 c/c com o artigo 792 do Código Civil atestam que, em caso de morte, a indenização também será paga, se na constância do casamento, ao cônjuge sobrevivente. Vejamos:

“Art. 4º A indenização no caso de morte será paga de acordo com o disposto no art. 792 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.” (Lei 6.194/74)

“Art. 792. Na falta de indicação da pessoa ou beneficiário, ou se por qualquer motivo não prevalecer a que for feita, o capital segurado será pago por metade ao cônjuge não separado judicialmente, e o restante aos herdeiros do segurado, obedecida a ordem da vocação hereditária.” (Código Civil)



Assinado eletronicamente por: ANDREA COSTA DANTAS BOTTO TARGINO - 11/09/2018 11:13:26  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18091111132336300000015903856>  
Número do documento: 18091111132336300000015903856

Num. 16318940 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: RENATO BERNARDINO PINTO MANGUEIRA - 14/06/2019 16:24:48  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061416244734700000021395661>  
Número do documento: 19061416244734700000021395661

Num. 22034208 - Pág. 3



Portanto, o autor é parte legítima para receber 50% (cinquenta por cento) do valor da indenização devida, eis que comprovada a união estável, através dos documentos acostados aos autos (fls. 52-57).

Não obstante, deixo de fixar a indenização devida no que concerne à condição de herdeiro concorrente, posto que o autor não informou o número de filhos da falecida, nem tampouco consta da certidão de óbito anexada aos autos.

Ante o exposto, com fulcro no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido inicial e condeno a ré a pagar ao autor o valor de R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais), corrigidos monetariamente pelo INPC desde a data do falecimento (Súmula 580 do STJ) e com juros de mora de 1% desde a citação (Súmula 426 do STJ).

Condeno a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% sobre o valor da condenação.

Escoado o prazo sem recurso voluntário, certifique o trânsito em julgado e arquivem-se os autos. Interposta apelação, intime-se para contrarrazoar e, após, remetam-se os autos ao E. TJ/PB, independente de nova conclusão.

Publicado eletronicamente.

Registre-se e intime-se.

Mamanguape, data e assinatura eletrônicas.

Juíza de Direito



Assinado eletronicamente por: ANDREA COSTA DANTAS BOTTO TARGINO - 11/09/2018 11:13:26  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18091111132336300000015903856>  
Número do documento: 18091111132336300000015903856

Num. 16318940 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: RENATO BERNARDINO PINTO MANGUEIRA - 14/06/2019 16:24:48  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061416244734700000021395661>  
Número do documento: 19061416244734700000021395661

Num. 22034208 - Pág. 4

ASSINAR CONTRATO - g X Seguradora Líder-DPVAT X

Seguro | <https://www.seguradoralider.com.br/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx>

Apps ★ Bookmarks Google Vozes Outlook Entrar - Ricardo Eletro

**ACESSIBILIDADE**

Nova Consulta

**COMO PEDIR INDENIZAÇÃO**

Documentos Despesas Médicas  
Documentos Invalidez Permanente  
Documento Morte  
Dicas Indispensáveis

**PAGUE SEGURO**

Como Pagar  
Consulta a Pagamentos Efetuados  
Informações Gerais

**ACOMPANHE O PROCESSO**

Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização.

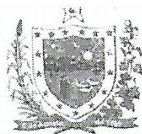
**SINISTRO 3160698933 - Resultado de consulta por beneficiário**

VÍTIMA MARIA DAS DORES ALIXANDRIA  
COBERTURA Morte  
SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO SEGURADORA LIDER DPVAT - OPERAÇÃO CORREIOS  
BENEFICIÁRIO EUFRASIO EMIDIO DE PAIVA  
CPF/CNPJ: 69452822449

Posição em 05-07-2017 09:31:57  
Pedido de indenização cancelado.

PT 09:27 05/07/2017





**BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL**

Livro nº 004/2016

Ocorrência nº. 1003/2016

Aos OITO dias de JUNHO de DOIS MIL E DEZESSEIS, nesta cidade de MAMANGUAPE/PB, na Delegacia de Polícia Civil, sob a responsabilidade do(a) Dr(a). **JAIME JOSÉ CAVALCANTE DE MATOS**, Delegado(a) de Polícia Civil, comigo, escrevã(o) Ludecy reire Ayres Barbosa, aí, por volta 09h:32min, compareceu a PESSOA a seguir qualificada:

**EUFRAZIO EMIDIO DE PAIVA**, conhecido por \_\_\_\_\_, Identidade nº 101.803-SSP/PB, CPF nº 694.528.224-49, nacionalidade brasileiro, estado civil: viúvo, profissão: aposentado, filho(a) de Maria Alves Da Silva E De Pai Não Declarado, natural de Pilar/PB, nascido(a) em 02/10/1938 (77 anos de idade), do sexo masculino, residente e domiciliado(a) no(a) Segunda TRAV. Rodrigues De Carvalho, nº 12, bairro: Centro - Mamanguape/PB, tendo como ponto de referência: \_\_\_\_\_, na cidade de Mamanguape/PB, fone(s) para contato: (83)8678-5805.

a quem lhe foi esclarecido a respeito das penas cominadas ao crime de FALSIDADE IDEOLÓGICA (CP, art. 299), tendo declarado que compareceu à esta Delegacia de Polícia Civil para narrar/registrar/informar/noticiar conforme segue:

**1) NATUREZA DO FATO: ACIDENTE DE TRÂNSITO (DANOS);**

2) DATA DO FATO: 05 de 06 de 2016;

3) HORÁRIO: 19h:10min;

4) LOCAL: BR paralela a BR101, próx. a Churrasacaria do Bigode nº \_\_\_\_\_, bairro: Planalto - MAMANGUAPE/PB;

5) UNIDADE DE SAÚDE PARA A QUAL O ACIDENTADO FOI ENCAMINHADO: morte no local;

6) O COMUNICANTE/VÍTIMA CONDUZIA O VEÍCULO? NÃO;

7) SENDO O(A) COMUNICANTE CONDUTOR(A) DO VEÍCULO ENVOLVIDO NO ACIDENTE, É ELE HABILITADO? SIM;

8) O VEÍCULO DO(A) COMUNICANTE/VÍTIMA ENCONTRA-SE EM DIA COM AS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS? SIM

**6) DESCRIÇÃO DO(S) VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S) NO ACIDENTE:**

Que o noticiante comunica que na data de 05/06/2016, por volta das 19:10hs, estava na companhia de sua esposa MARIA DAS DORES DE ALEXANDRIA, de 72 anos de idade, quando no endereço acima citado, momento que sua esposa desceu do carro do noticiante e ao atravessar a pista foi colhida por um veículo marca L200 Triton de cor branca, placa-QFF 6229-PB. Que segundo o noticiante a sua esposa teve morte imediata; QUE segundo o noticiante, o motorista causador do atropelamento, em nenhum momento se ausentou do local do fato e aguardou a polícia chegar ao local e veio para a Delegacia onde prestou depoimento pelo fato ocorrido; QUE o corpo da vítima só foi liberado depois que a Perícia chegou ao local para fazer os procedimentos de praxe.

**8) BREVE RESUMO DO FATO:**

Nada mais a consignar, lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelo(a) noticiante, e por mim, escrevã(o) que digitei.

EUFRAZIO EMIDIO DE PAIVA  
Comunicante

Escrivã(o) Agente  
Matrícula nº 61.186-7

Rua Escritor Lima Pinto nº 18, Campo, Mamanguape/PB telefone: 3292-2604







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME:

MARIA DAS DÔRES DE ALEXANDRIA

MATRÍCULA:

0707480155 2016 4 00018 042 0010420 50

SEXO feminino COR PARDA ESTADO CIVIL E IDADE solteira, 72 anos

NATURALIDADE/UF Rio Tinto-PB DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO  
CPF nº: 509.173.824-04

ELEITOR  
NÃO INFORMADO

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA (DO FALECIDO)  
Marculino Jorge de Alexandria e Maria Maurício de Alexandria. Residia na(o) Travessa Rodrigues de Carvalho, nº 12, no município de Mamanguape-PB

DATA E HORA DO FALECIMENTO cinco de junho de dois mil e dezesseis - 19:40 DIA 05 MÊS 06 ANO 2016

LOCAL DO FALECIMENTO  
Em via pública: BR- 101, KM 37 no município de Mamanguape-PB

CAUSA DA MORTE  
contusão toraco abdmdinal com hemorragias consecutivas. Acidente de trafego, Vitima de atropelamento.

NOME DO MÉDICO / CRM Francisca Divina S. de Melo - CRM: 3272 LOCAL DO SEPULTAMENTO  
Cemitério Público São Miguel no município de Mamanguape-PB

DECLARANTE  
Eufrasio Emidio de Paiva, brasileiro, solteiro, com 77 anos de idade, Motorista aposentado, residente e domiciliado: Travessa Rodrigues de Carvalho, nº 12, Mamanguape-PB, natural de Pilar-PB

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES  
Registro lavrado em 07/06/2016, no Livro C-00018, N° 10420, folha 42-V. Foi apresentada a Declaração de Óbito nº 244927618. A falecida não deixou bens, não era eleitora, deixou filhos.

NOME DO OFÍCIO  
Serviço Registral das Pessoas Naturais

OFICIAL REGISTRADOR  
MARIA DA PENHA RIBEIRO DA CUNHA

MUNICÍPIO/UF  
Mamanguape-PB

ENDEREÇO  
Rua Presidente João Pessoa, nº 78 - Centro Mamanguape-PB -  
CEP 58280000 Fone: (83)3292-2292 E-mail:  
cartoriopenharibeiro@gmail.com

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.  
Mamanguape-PB, 7 de Junho de 2016

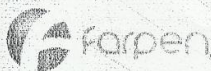
Bel. ANTONIO DUTRA RIBEIRO  
Oficial Substituto

Selo Digital: **ADA75420-UHHY**  
Consulte a autenticidade em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

SERVIÇO REGISTRAL DAS PESSOAS NATURAIS

Maria da Penha Ribeiro da Cunha  
Oficial do Registro Civil

Bel. Antônio Dutra Ribeiro  
Substituto  
Eliete Araújo Cavalcanti Ribeiro





I	Identificação	1 Tipo de óbito	2 Data do óbito	3 Cartão SUS	4 Naturalidade				
		1 Fetal 2 Não Fetal	05/10/2016 19:40		Rio Limb- PB Município / UF (se estrangeiro informar País)				
		5 Nome do Falecido	6 Nome do Pai	7 Nome da Mãe					
II	Residência	8 Data de nascimento	9 Idade	10 Sexo	11 Raça/Cor	12 Situação conjugal			
		02/05/1944	Anos completos Meses Dias Horas Minutos Ignorado 9	M - Masc. F - Fem. I - Ignorado	1 Branca 4 Parda 2 Preta 5 Indígena 3 Amarela	1 Solteiro 4 Separado judicialment 2 Casado 5 União estável 3 Viúvo 9 Ignorada			
		13 Escolaridade (última série concluída)	14 Ocupação habitual	Código CBO 2002					
III	Ocorrência	15 Logradouro (rua, praça, avenida, etc.)	16 CEP	17 Bairro/Distrito	18 Município de residência	19 UF			
		20 Local de ocorrência do óbito	21 Estabelecimento	22 Endereço de ocorrência (rua, praça, avenida, etc.)	23 CEP	24 Bairro/Distrito	25 Município de ocorrência	26 UF	
		27 Idade (anos)	28 Escolaridade (última série concluída)	29 Ocupação habitual	Código CBO 2002				
IV	Fetal ou menor que 1 ano	30 Número de filhos vivos	31 Nº de semanas de gestação	32 Tipo de parto	33 Tipo de parto	34 Morte em relação ao parto	35 Peso ao nascer	36 Número da Declaração de Nascido Vivo	
		37 A morte ocorreu	38 Recebeu assist. médica durante a doença que ocasionou a morte?	39 Necropsia?	Tempo aproximado entre o início da doença e a morte CID				
		40 CAUSAS DA MORTE	ANOTE SOMENTE UM DIAGNÓSTICO POR LINHA						
V	Condições e causas do óbito	41 Nome do Médico	42 CRM	43 Óbito atestado por Médico	44 Município e UF do SVO ou IML	45 Meio de contato (telefone, fax, e-mail, etc.)		46 Data do atestado	47 Assinatura
		48 Tipo	49 Acidente de trabalho	50 Fonte da informação	51 Descrição sumária do evento				
		52 Endereço do local do acidente ou violência	53 Cartório	54 Registro	55 Data	56 Município	57 UF		
VI	Médico	PROVÁVEIS CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE NÃO NATURAL (Informações de caráter estritamente epidemiológico)							
		58 Tipo	59 Acidente de trabalho	60 Fonte da informação	61 Descrição sumária do evento				
		62 Endereço do local do acidente ou violência	63 Cartório	64 Registro	65 Data	66 Município	67 UF		
VII	Causas externas	PROVÁVEIS CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE NÃO NATURAL (Informações de caráter estritamente epidemiológico)							
		68 Tipo	69 Acidente de trabalho	70 Fonte da informação	71 Descrição sumária do evento				
		72 Endereço do local do acidente ou violência	73 Cartório	74 Registro	75 Data	76 Município	77 UF		





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL

NOME 101.803

DATA DE EXPEDIÇÃO 21/09/2010

FILIAÇÃO

MARIA ALVES DA SILVA

NATURALIDADE

DATA DE NASCIMENTO 02/10/1938

DOC ORIGEM

PILAR-PB

NASC.N.10896 FLS.27 LIV.A 34

CPF

CARTORIO PILAR PB

694.528.224-49

João Pessoa - PB

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR

EUFRASIO EMIDIO DE PAIVA

DATA DE NASCIMENTO 02/10/1938

Nº INSCRIÇÃO 0019 3028 1210

DM

ZONA 007

SEÇÃO 0036

MUNICÍPIO / UF

MAMANGUAPE/PB

DATA DE EMISSÃO 18/07/2013

JUIZ ELEITORAL

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA

Desembargador Marcos Covalenski de Albuquerque

Presidente do TRE-PB

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição

694.528.224-49

Nome

EUFRASIO EMIDIO DE PAIVA

Nascimento

02/10/1938

MPAS INPS

Nº DE INSCRIÇÃO

10946423242

CÓMPROVANTE DE INSCRIÇÃO DE CONTRIBUINTE INDIVIDUAL

NOME DO CONTRIBUINTE

EUFRASIO EMIDIO DE PAIVA

DATA DO NASCIMENTO 02/10/38

DOCUMENTO DE IDENTIDADE

Nº 10381/460

CATEGORIA DO SEGURADO

AUTÔNOM

C DOBRO

FACULT

EMPREG

DOMICÍLIO BANCÁRIO

INPS - RIO TINTO

COD AGENCIA

13-021

PLASTIFIQUE

GUARDE A VIA NÃO UTILIZADA

VALIDO SOMENTE ACOMPANHADO DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE

1ª E 2ª VIAS: CONTRIBUINTE

PROCESSADO PELA DATAPREV









REPÚBLICA



DO BRASIL

REGISTRO CIVIL  
ESTADO DA PARAIBA

MUNICÍPIO E COMARCA DE MAMANGUAPE

RUA PRESIDENTE JOÃO FESSOA, 78 — FONE, 2292

*Maria da Penha Ribeiro da Cunha*

Oficial do Registro Civil desta cidade, servindo na forma da lei, etc.

**CERTIDÃO DE NASCIMENTO**

CERTIFICO por me haver sido verbalmente requerido, que às folhas nº 193v do  
livro nº A-03 termo 2957 foi lavrado o termo do Registro de Nascimen-  
to de MARIA DA CONCEIÇÃO DE ALEXANDRIA PAIVA  
nascid. a. aos trinta (30) de janeiro (01) de  
mil novecentos e setenta e quatro (1974), às 8,30 horas em  
domicílio, no lugar Engenho Novo, suburbio, desta Cidade de Mamanguape, PB.  
do sexo feminino de cor - filh. a - de  
Eufrazio Eudio de Paiva, e dona  
Maria das Dores de Alexandria.

Sendo avós paternos: Maria Alves da Silva.

e maternos: Marculino Jorge de Alexandria e  
Maria Mauricio de Alexandria

Foi declarante: o próprio pai

serviram de testemunhas: Salvador Gonçalves da Silva, presidente do Sindicato Ru-  
ral, e Manuel Trajano Maciel, agricultor, residentes nesta Cidade.

Observações: Isenta de selos esta primeira certidão.

Mamanguape, 24 de agosto de 19 77

*Maria da Penha Ribeiro da Cunha*  
Oficial do Registro Civil





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
Secretaria da Receita Federal

**CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS**

Nome  
**MARIA DA CONCEICAO DE ALEXANDRIA PAIVA**

Nº de Inscrição  
**033217884-62**

Data do Nascimento  
**30/01/74**

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL **2482026** DATA DE EXPEDIÇÃO **26 SET. 1957**

NOME **MARIA DA CONCEIÇÃO DE ALEXANDRIA PAIVA.**

FILIAÇÃO **Eufrasio Enidio de Paiva**

**Maria das Dores de Alexandria**

**Mamanguape-PB** DATA DE NASCIMENTO **30/01/1974**

NATURALIDADE

DOC ORIGEM **Cert. Nas. Nº 2957; Fls. 193-V; Liv. 03; -**  
**Cart. Mamanguape-PB.**

CPF

João Pessoa - PB

ASSINATURA DO DIRETOR DE CARVALHO

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83







Assinado eletronicamente por: RENATO BERNARDINO PINTO MANGUEIRA - 14/06/2019 16:24:55  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061416245477200000021395786>  
 Número do documento: 19061416245477200000021395786







VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1581106 DATA DE EXPEDIÇÃO 17 MAI 1990

NOME ELIETE DE ALEXANDRIA PAIVA

FILIAÇÃO Eufrazio Emidio de Paiva  
Maria das Dores de Alexandria

NATURALIDADE Mamanguape-PB DATA DE NASCIMENTO 15-06-1966

DOC ORIGEM Cert. Nasc. Nº 50.657, Fls. 99v, L. 76-A, Cart. Mamanguape-PB.

João Pessoa - PB

Alexandre Augusto de Carvalho

12/08/83





# DOCUMENTO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.

Documento não é segunda-via de conta.

Boleto para simples pagamento da nota fiscal/conta de energia elétrica - : Nº 012.042.628



ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680  
CNPJ 09.095.183 / 0001-40 - Insc.Est. 16.015.823-0

## DADOS DO CLIENTE

ELIETE DE ALEXANDRIA PAIVA  
TRAV RODRIGUES DE CARVALHO S/N  
MAMANGUAPE

## CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

5/689008-1

## REFERÊNCIA

SET/2018

## APRESENTAÇÃO

10/09/2018

## CONSUMO

146

## VENCIMENTO

26/09/2018

## TOTAL A PAGAR

R\$ 134,55

Acesse: [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)



DESTAQUE AQUI

ELIETE DE ALEXANDRIA PAIVA

Roteiro: 04-014-060-2800

83640000001-1 34550054000-9 06890082018-1 09200014019-1

## VENCIMENTO

26/09/2018

## TOTAL A PAGAR

R\$ 134,55

## MATRÍCULA

689008-2018-09-2

